

RECURSO ESPECIAL Nº 1.787.293 - SP (2018/0334584-4)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
RECORRENTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO : MARCOS CALDAS MARTINS CHAGAS E OUTRO(S) -
SP303021
RECORRIDO : EBE FUENTES POLIZELI
ADVOGADO : HANAÍ SIMONE THOMÉ SCAMARDI - SP190663

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

CADERNETA DE POUPANÇA. EXTINÇÃO COM JULGAMENTO DE MÉRITO.

Reconhecimento da prescrição.

Aplicação da Súmula 150 do Supremo Tribunal Federal e do informativo 0484 do Superior Tribunal de Justiça.

Ação proposta após o prazo quinquenal.

Existência de cautelar de protesto interruptivo do lapso prescricional.

Legitimidade ativa do **parquet** para o ajuizamento da mencionada medida cautelar.

Inteligência da alínea "c" do inciso VII do artigo 6º da Lei Complementar 75/1993 c.c. os artigos 82 e 83 do Código de Defesa do Consumidor.

Inocorrência da prescrição.

Recurso provido.

INTERESSES TRANSINDIVIDUAIS. EXECUÇÃO INDIVIDUAL.

Julgamento com fulcro no parágrafo 4º do artigo 1.013 do Novo Estatuto Adjetivo Civil.

Afirmação acerca da necessidade do cancelamento da distribuição da execução.

Descabimento.

Eficácia **erga omnes** da sentença proferida na ação coletiva.

A credora pode promover o cumprimento do julgado no foro da comarca do seu domicílio.

Desnecessidade da comprovação da associação da poupadora ao IDEC.

Legitimidade ativa configurada – Suscitada ilegitimidade passiva.

Tema já analisado por ocasião da sentença proferida na demanda

coletiva.

Descabimento da suspensão da execução individual.
Prescindibilidade da prévia liquidação do julgado.

A apuração do **quantum debeatur** depende de meros cálculos aritméticos.

Os juros da mora são devidos a partir da citação do Banco nos autos da ação civil pública.

Incidência do artigo 405 do Código Civil Brasileiro.

Aplicação da Tabela Prática do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo para a correção monetária do débito.

Utilização da referida Tabela acarreta, automaticamente, a incidência do percentual de 42,72% para janeiro e de 10,14% para o mês de fevereiro de 1989. Cabimento da inclusão dos expurgos posteriores de forma reflexa.

Descabimento da propalada compensação de valores. Possibilidade do arbitramento dos honorários do advogado. Inteligência do parágrafo 1º do artigo 523 do Novo Código de Processo Civil.

Aplicação da Súmula 517 do Superior Tribunal de Justiça. Impossibilidade da inclusão dos honorários arbitrados na demanda coletiva na planilha de cálculos.

Verba que não pode ser aproveitada pela credora, que não participou da referida demanda.

Os juros remuneratórios não são devidos. Inexistência de previsão no título exequendo.

Recurso provido, para os fins de desconstituir a sentença e julgar parcialmente procedente a impugnação ao cumprimento da sentença.

A parte recorrente alega que o acórdão recorrido contrariou os artigos 202 e 206 do Código Civil.

Aponta divergência jurisprudencial.

Suscita prescrição.

Inicialmente, anoto que a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) afetou os Recursos Especiais 1.801.615/SP e 1.774.204/RS, relatados pelo Ministro Raul Araújo, para julgamento da controvérsia referente à "interrupção do prazo prescricional para pleitear o cumprimento de sentença coletiva, em virtude do ajuizamento de ação de protesto ou de execução coletiva por legitimado para propor demandas coletivas" (questão cadastrada como Tema 1.033).

Ao promover essa afetação, a Segunda Seção do STJ determinou a

Superior Tribunal de Justiça

suspensão da tramitação de todos os recursos especiais e agravos em recurso especial na segunda instância e/ou que tramitem no STJ, que versem sobre a questão delimitada (julgamento 15.10.2019, DJe 30.10.2019).

Em face do exposto, nos termos do artigo 1.037, inciso II, do CPC e do artigo 256-L, inciso I, do Regimento Interno do STJ, determino a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a respectiva baixa, para sobrestamento até o julgamento do mérito dos recursos especiais repetitivos mencionados nesta decisão, procedendo-se, após, conforme os artigos 1.040 e 1.041 do mesmo Código.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora